

CURRÍCULO E DESTINO DO TÉCNICO EM AGRO-PECUÁRIA;
ESTUDO EM UM COLÉGIO

ELNY SAMPAIO
Prof. de Colégio Agrícola
do Sistema Médio da
UFRPE.

Hã, no ensino profissionalizante, a possibilidade de marcantes opções na elaboração do currículo. Este pode representar: 1) uma escolha e plano de quem o define, a autoridade política ou pedagógica; 2) uma resposta às expectativas dos alunos, geralmente instáveis devido à idade, ou 3) uma resposta à demanda real do mercado de Trabalho e a exigências Tecnológicas.

Para que esta definição curricular seja realmente educativa, isto é, para que forme homens, mais do que profissionais, respeitando sua liberdade, suas tendências e diferenças individuais e estimulando sua iniciativa e criatividade tão necessárias às aceleradas mudanças de que tratou Töffler (Töffler, Alvin - O Choque do Futuro), ela deve levar em conta aquelas 3 possíveis direções, de uma maneira equilibrada e integrada, o que não é fácil.

Por tudo isto, ainda, o currículo de um curso não pode ser uma definição permanente; é preciso revê-lo e revisá-lo conforme observações e avaliações constantes das mudanças ocorridas nas 3 direções possíveis.

De certa maneira, a lei 5.692 - Art. 4 prevê a integração destas 3 direções quando divide as matérias curriculares num núcleo comum, obrigatório, que permita a continuidade do estudo e mesmo a mudança de área, e numa parte profissionalizante que atenda, por exemplo, a incentivos que o governo queira dar ao desenvolvimento de certa área econômica ou cultural, atenda às expectativas dos alunos e às suas inclinações em vista da atividade, do status e da promoção que desejam e atenda ainda à demanda do mercado de trabalho com suas cambiantes ocupações, tarefas, tecnologias e know-how.

Mesmo havendo a procura de uma integração destas 3 dire-

ções, segundo o espírito da lei, a parte especificamente proficinizante do currículo corre sempre o perigo de, pela imposição de opções da autoridade, pela falta de informações sobre as expectativas dos alunos e sobre a procura e as exigências do mercado de trabalho, tornar-se improdutivo ou contra produtor. Daí a necessidade de uma avaliação contínua.

Neste sentido algumas pesquisas foram realizadas no Colégio Agrícola de Belo Jardim cujos resultados imediatos ora publicamos e rapidamente comentamos pois, em parte, vieram evidenciar situações previsíveis, mas apontaram também mudanças.

Quadro 1 - Destino dos Técnicos em Agro-Pecuária Agressos no Período de 1972-77 do Colégio Agrícola de Belo Jardim.

Nº	Destino	Ano						Total	%
		72	73	74	75	76	77		
1	Na função de T.A., ocupação de produtor rural autônomo	1	-	1	-	-	-	2	0,6
2	Na função de T.A., ocupação de prestação auton. de serviços	-	-	-	2	-	-	2	0,6
3	Na função de T.A., empregado no serviço público	14	7	6	14	2	3	46	14,6
4	Na função de T.A., empregado na empresa privada	11	5	6	19	11	9	61	19,3
5	Em continuidade de estudo na área agro-pecuária	15	12	3	8	5	1	44	13,6
6	Em outra função - Trabalho autônomo	1	-	1	-	-	-	2	0,6
7	Em outra função - serviço público	5	2	5	6	-	-	18	5,7
8	Em outra função - na empresa privada	14	3	7	10	7	4	45	14,2
9	Em continuidade de estudo, fora da área	1	1	2	6	1	2	13	4,1
10	Egressos não localizados	10	6	7	5	21	33	82	26,1
	Totais p/ano	72	36	38	70	47	52	315	100,0

Pelos dados do quadro 1 nota-se que, conquanto um pequeno número tenha se destinado ao trabalho autônomo, na área, 1,2%, ou fora da área, 0,6%, a proporção dos que ficaram na área, como empregados ou na continuidade de estudo, contra certas previsões pessimistas, é de 2/3 do total, conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição dos Egressos Localizados, por Área, de 1972 a 77.

Destino por área \ Ano	72	73	74	75	76	77	Total	%
Na área agro-pecuária	41	24	16	43	18	13	155	66,5
Fora da área	21	6	15	22	8	6	78	33,5
Total de egressos localizados	62	30	21	65	26	19	233	100,0

Era de esperar o pequeno número de autônomos (4 Técnicos) principalmente como produtores rurais (2 Técnicos) sabendo-se qual a distribuição da terra e propriedades rurais no Estado e no Nordeste (Tamanho mediano das propriedades de 5 a 10 ha) e que a ocupação dos proprietários de terra de tamanho médio (de 200 a menos de 500 ha) não é geralmente trabalho Técnico em agro pecuária, pois além de grande parte exercer outras profissões de mais altos status e renda - profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, etc. - mesmo quando se consideram fazendeiros, comportam-se antes como agentes burocráticos ou executivos que empregam os "Técnicos" ou não, conforme julgam necessário ou rentável. De outro lado, sabe-se que um técnico do 2º grau dificilmente poderia subsistir num m̃infúndio ou numa terra do tamanho mediano, a não ser com empreendimento de capital intensivamente empregado em tecnologia o que aumentaria demais seus riscos.

Então a "Associação dos Futuros Fazendeiros do Brasil" que se planejou fundar no colégio agrícola segundo modelo norte-americano e a estratégia pedagógica da "Escola Fazenda" (introduzida também na rede segundo modelos de Porto Rico) coadunam-se mais

com os objetivos "ideais" das autoridades políticas, de mudar a mentalidade do meio rural, do que com as expectativas dos alunos e com a realidade do mercado de trabalho.

Restam dois grupos de destinos: 1) a continuidade do estudo na universidade, dentro ou fora da área - o que é desejo da maioria dos alunos (78%, segundo levantamento feito pelo A. nas turmas da 2a. e 3a. séries), desejo que só não chega a ser realizado devido às dificuldades e barreiras existentes, desde a falta de recursos e a necessidade de trabalhar e ganhar logo, até o próprio exame vestibular e 2) o emprego, o qual, no Nordeste, mais do que no resto do Brasil, não é fácil de encontrar para o técnico do 2º grau e menos ainda para o Técnico em agropecuária, apesar da pesquisa haver refutado as idéias correntes, mais pessimistas, pois, dos 170 egressos localizados como empregados, 107 (62,9%) estão na sua área e 63 (37,1%) fora da área.

Para o primeiro grupo, os que se destinam à continuidade do estudo, tem-se de reconhecer que o currículo não está oferecendo o que podia e o que currículos de outros cursos do 2º grau estão oferecendo; o número de horas/aula e o programa de Física, Química e Biologia, por exemplo, são menores do que os da rede do Estado, o que é estranho, em se tratando de matérias básicas para um Curso Técnico tão ligado às ciências naturais, e que deveria preparar também para o exame vestibular e continuidade do estudo na mesma área.

Quanto à opção pelo emprego, moda estatística tanto no total dos egressos localizados (170 ou 72,9%) quanto no total dos que ficaram na área (107 ou 69,0%), indica que a maior demanda encontrada pelo técnico agrícola foi a da empresa privada (61 casos).

Quadro 3 - Distribuição dos Egressos, Empregados na Área

Empresa Privada	Nº de T. A.	Empresa ou repartição pública	Nº
1) Usinas de açúcar	12	1) Assistência e extensionis mo rural (Emater)	23
2) Fábricas de massas e doces de frutas	6	2) Pesquisa agro-pec. (Embra- pa-Ipa)	16
3) Fornecedores de cana	1	3) Ensino de ciência agro-pec. no 1º e 2º graus	3
4) Extração florestal e re- florestamento	5	4) INCRA	3
5) Pecuária bovina - fazen- da Agro-pecuária	9	5) Outras	1
6) Comercialização de insu- mos da agro-pec.	22	-	-
7) Cooperativas agro-pec.	4	-	-
8) Outras, na área	2	-	-
Total	61		46

Fonte: Serviço de Integração Escola-Empresa do Colégio Agrícola de
Belo Jardim.

Pelo quadro 3 vê-se que a maior demanda absoluta dos técnicos agrícolas se deu pelas empresas que comercializam produtos técnicos para a agro-pecuária, e que fazem um trabalho de promoção e assistência. Entretanto, as agro-indústrias, Usinas e fábricas integradas verticalmente com a produção agrícola, com 18 técnicos empregados, já por esta demanda mostram seu maior dinamismo tecnológico ante a baixa demanda, por exemplo, das Fazendas, mesmo sabendo-se que as nove que empregaram técnicos são Fazendas do NE. e do Maranhão que implantam projetos incentivados.

Diante deste quadro tem-se de pensar: se já no setor primário, o leque de opção de tarefas que se abrem ao técnico é tão vasto que é impossível ao currículo tentar prepará-los especificamente para elas, mais vasto ainda se torna quando se consideram as tarefas do setor terciário que representam a moda es-

tatística tanto na coluna das empresas privadas (22 técnicos) como das públicas (23 técnicos).

Daí novamente a conclusão de que o curso, por seu currículo, tem de propor-se, o mais possível, objetivos básicos, do ensino de conteúdos técnicos que permitam uma boa transferência para as tecnologias especializadas dos empregos que o técnico agrícola terá de assumir. Pois, é claro que por limitações climáticas, e dâficas, de área e de capital disponíveis, o colégio não pode proporcionar as experiências técnicas, especializadas que o técnico irá precisar depois. No caso, por exemplo, das usinas de açúcar que irão colocar o técnico no campo, o colégio localizado no agreste não tem nenhuma condição de praticar esta agricultura. Da mesma forma os 5 Técnicos que trabalham em exploração florestal (na Amazônia e no Maranhão), rapazes que nunca tinham visto uma mata nem uma capoeira alta no agreste ou no sertão nordestino, confessam em seus relatórios que muita prática agrícola que tiveram em olericultura pouco lhes adiantou e que ensinamentos básicos sobre solos, adubação, formação de mudas (em fruticultura) lhes permitiram boas transferências de aprendizagem, mas que nada tinham de básico sobre administração rural ou empresarial, sobre relações humanas e dinâmica-de-grupo para o trato com o pessoal não especializado.

Para a especialização do técnico, o currículo prevê 200 horas de estágio supervisionado numa empresa em que ele possa criar experiência, e prática em Tecnologia e Know-how apropriados a certas tarefas. No colégio mesmo, o aluno nos 3 anos já recebe, em 960 horas, exercícios práticos - da enxada ao acondicionamento e embalagem de produtos - exercícios que devidamente controlados podem servir à aprendizagem de certos conteúdos e habilidades básicas se bem que muitos já sejam francamente especializados e alguns até intransferíveis para a maior parte das tarefas que estão sendo assumidas profissionalmente pelos técnicos, segundo os dados obtidos.

Quadro 4 - Resumo da Atual Grade Curricular do Curso no CABJ

Educação geral	1.500 h/aulas	38,8 %
Formação especial	1.200 "	31,1 %
Exercícios práticos (trabalho)	960 "	24,9 %
Estágio supervisionado	200 "	5,2 %
Total	3.860 "	100,0 %

Fonte: Plano geral do ensino do CABJ - 1977

O estágio na empresa sofre limitações bem sensíveis pelo colégio: 1) a dificuldade de conseguir estágios nas empresas para todos os alunos da 3a. Série e a dificuldade maior ainda para estágios em mais de uma, para cada aluno, a fim de que este possa realmente experimentar e escolher seu destino;

2) a dificuldade de o Colégio controlar e supervisionar didática e pedagogicamente estes estágios.

Os estágios já realizados por alunos e controlados pelos relatórios destes, tem mostrado bons resultados não só na aprendizagem de especializações e tarefas específicas, mas até no julgamento de opções de destino, pelo Técnico, e para a seleção de empregados Técnicos pelas empresas. É pena que parte dos alunos não tenha encontrado a possibilidade de estagiar em empresas e, para efeito legal, tenha feito seu "estágio" nos exercícios de produção agrícola do próprio colégio. Em 1977, das 35 empresas das quais foi solicitado estágio, apenas 15 os puderam conceder em condições praticáveis, por um mês, para um total de 28 alunos, quando a turma era de 52.

Então, já que a terminalidade do Curso não é nem deve ser absoluta nem imposta no currículo — uma tentação para quem pensa mais em seus planos e objetivos do que no aluno como homem a quem a educação deve servir para que ele possa exercer sua liberdade e sua criativa iniciativa — nem é, esta terminalidade, um destino nem uma tarefa única, mas um leque que se abre, do setor primário ao terciário, em especializações múltiplas num dinamismo crescente, o currículo com suas matérias

e seus exercícios deverá ser definido de maneira a, pelo menos, embasar estas futuras possibilidades e escolhas.